

Jornal laboratório do curso de Jornalismo  
da Universidade Católica de Pernambuco | Unicap

# O BERRO

Foto: Nahyara Batista

## Redução da maioridade penal

Desde a criação do Código Penal brasileiro, em 1940, a maioridade penal no país é a partir dos 18 anos. Mais de 70 anos se passaram e o tema volta a ser discutido. Tramita no Congresso Federal a Proposta de emenda Constitucional (PEC) 33/2012, que sugere a redução da maioridade penal para 16 anos. Nesta edição especial, O Berro traz discussões relevantes sobre o assunto, com análises de especialistas e como a temática está sendo encarada pela sociedade em geral e por instituições representativas, a exemplo da mídia, além de trazer à tona as reais situações dos centros socioeducativos e a ausência de políticas públicas para essa parcela da população jovem brasileira.

# Entenda a redução da maioria penal

JULIANA GONZALEZ

“Se não somos competentes para garantir um bom sistema carcerário para adultos, será que temos competência para oferecer um sistema carcerário para adolescentes?”. O questionamento do coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, Antônio Carlos Malheiros. Em 2011, o senador Aloysio Ferreira Nunes (PSDB-SP) apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33/12 que reduz a maioria penal no Brasil de 18 anos para 16 anos.

De acordo com o senador, essa proposta se daria por plebiscito e, caso seja aprovada, seguirá alguns critérios de aplicabilidade: provar que o adolescente tem capacidade de compreender o que fez através de exames psicológicos; ter praticado crime violento; ser reincidente de crimes no uso de violência contra pessoas; ter cometido crimes hediondos no passado. Nesses casos, o juiz poderá instaurar um procedimento para verificar se deve aplicar ao infrator a lei penal já a partir dos 16 anos. “Minha proposta não é uma redução pura e simples da maioria penal. É manter a regra atual. Deixar 18 anos como idade maior e em determinadas circunstâncias, aos 16 anos, o adolescente poder ser considerado imputável.”

De acordo com o senador Aloysio Nunes, os menores de idade não iriam se misturar com os presos adultos.



PAULO RUBEM Deputado pernambucano é o relator do projeto

“Os adolescentes cumpriram pena em estabelecimento especial”, diz, acrescentando que seria importante se o governo criasse projetos de ampliação de vagas nos presídios federais. Já o deputado federal de Pernambuco Paulo Rubem Santiago (PDT), relator do projeto na Câmara acredita que “a redução da maioria penal não vai reduzir a violência, nem o número de homicídios praticados por jovens.” Para o parlamentar, a medida não lhes vai garantir a reeducação desse jovens, diante da precariedade dos investimentos no setor.

“Quem deveria estar no banco dos réus seriam os prefeitos e governadores que não garantem escola e educação integral a crianças e jovens, não promovem a reforma urbana, não desenvolvem políticas eficientes de geração de renda e de desenvolvimento para famílias pobres, carentes, e de regiões periféricas”, critica o deputado.

No momento, o projeto de reduzir a maioria penal espera por votação na Comissão de Constituição

e Justiça.

## ADOLESCENTES

É importante saber o que os jovens, personagem principal da PEC, pensam sobre o assunto. Em conversa com adolescentes que já foram presos, o pensamento de Aloysio Ferreira Nunes não parece tão eficaz. É notório que, por trás de todos os crimes, estão as condições sociais em que esses jovens vivem. “Eu tava traficando e ganhava quase R\$ 300 por dia. Sempre gastei com tudo para mim. Ia para festas, comprava roupa boa, sapato... E fiz isso porque eu nasci pobre e vou morrer pobre. Aqui pobre não tem vez”, dispara, Carlos Eduardo, 19 anos, preso aos 17 por tráfico de drogas.

Para perceber que não é uma realidade restrita a um menor de idade, o adolescente P.A de 17 anos esteve preso por seis meses por homicídio, e diz: “A cadeia não resolve. A gente passa a ver muita coisa ruim lá dentro e quando sai, nada muda lá fora. As condições são as mesmas.”

# Reduzir é a solução?

JÉSSICA MACHADO

No dia 5 de Agosto de 2013, mais uma chacina é a capa dos jornais de todo o Brasil. Cinco corpos foram encontrados sem vida, na Brasilândia, Zona Norte de São Paulo. Mãe, pai, as duas avós e um menino de 13 anos, Marcelo Pessegini. Não se têm provas que afirmem que o jovem é o autor do crime, porém várias dúvidas e constatações apontam para o mesmo. Segundo

*“Para que uma redução, se ela não será para todos, só irá atingir uma classe social?”*  
Plínio Nunes  
-Advogado

a Polícia Civil do Estado de São Paulo, Marcelo foi quem praticou o crime e depois se suicidou. Para muitos, inclusive para outros familiares, é difícil acreditar que o garoto tenha praticado tamanho horror em sua casa.

Esse é só mais um caso supostamente praticado por um menino menor de 18 anos. Por conta de crimes como esse, e, principalmente por aqueles praticados por adolescentes pobres e excluídos da sociedade, a mídia e a população em geral têm apontado a redução da maioria penal como alternativa para punir os jovens em conflito com a lei. Mas o que essa redução pode acarretar

está sendo bastante questionado.

Segundo o psicólogo, Aécio Alves, um menino que possui menos de 16 anos e que já praticou crimes como esse, de assassinato, na maioria dos casos possui insanidade mental. “Não podemos afirmar que 100% dos casos têm como resposta a insanidade, mas o mais frequente é esse diagnóstico”. Segundo o especialista, existem crianças que, desde a infância, já demonstram uma agressividade exacerbada. “Quando se estuda de onde veio essa agressividade, percebemos que tem influência na família, ou algum caso que o mesmo presenciou que lhe influenciou”.

Segundo estudos psicológicos, o fato de os jovens atualmente gostarem de filmes ou jogos violentos não seria suficiente para desencadear tais atrocidades. Na maioria dos casos, essas crianças possuem um transtorno de conduta, que pode ser observado pelos pais.

Para o psicólogo, a redução da maioria penal como uma forma punitiva para estes não seria a solução. “Através das estatísticas, podemos comprovar que os crimes cometidos no país têm uma participação mínima de jovens menores de 18 anos”.

De acordo com o advogado penal Plínio Nunes, se fosse feita uma avaliação dos jovens que são presos, a maioria é negro, pardo e pobre. “Para que uma redução, se essa não será para todos, só irá atingir uma classe social do país?”

## EXPEDIENTE

# O BERRO

O BERRO é uma publicação da Disciplina Jornal-Laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco.

Rua do Príncipe, 526 - Boa Vista - Recife-PE 50.050-900  
CNPJ 10.847.721/0001-95 Fone: (081) 2119.4000  
Fax: 81 2119.4222 | site: www.unicap.br/oberro

**Coordenador do Curso de Jornalismo**  
Juliano Domingues

**Professor Orientador**  
Fabiola Mendonça

**Editores**  
Marcos Marques  
Nahyara Batista

**Repórteres**  
Ademir Santos

Arline Lins  
Caio Lacerda  
Clarissa Macau  
Daniele Monteiro  
Dinaldo Cavalcanti  
Jéssica Machado  
Juliana Gonzalez  
Laís Siqueira  
Larissa Rolim  
Marcos Marques  
Maria Eduarda Cosentino  
Maria Victória Morais  
Myrela Moura

Nahyara Batista  
Natércia Dantas  
Palloma Viana  
Priscila Ferraz  
Renato Priori

**Revisão**  
Fernando Castim  
**Diagramação**  
Flávio Santos  
**Impressão**  
FASA



Utilize o seu celular ou tablet e baixe a versão digital de O Berro.

# As jovens torcidas organizadas

DINALDO CAVALCANTI J

Durante a Copa Libertadores 2013, em um jogo San José contra Corinthians, na Bolívia, um torcedor brasileiro acertou um sinalizador em um boliviano de apenas 14 anos, Kevin Espada, que acabou morrendo. Dias depois, as torcidas organizadas apresentaram o suposto autor do disparo: um corinthiano de 17 anos, identificado pelas siglas H.A.M. Após investigações, a Justiça decidiu que, por falta de provas, não poderia prender o jovem e decidiu arquivar o caso.

A morte do torcedor boliviano e o adolescente indicado como o autor do crime trouxe à tona o debate da redução da maioria penal. Há uma grande preocupação sobre a presença de jovens dentro das torcidas organizadas. Em recente pesquisa realizada pelo Jornal O Estado de São Paulo, foi constatado que 27% dos membros de organizadas possuem menos de 18 anos. Esses jo-



Foto: Almir Oliveira

**APENAS PAIXÃO** Almir considera que organizadas não são criminosas

vens se sentem realizados ao segurar bandeiras, levar instrumentos, e cantar com a torcida organizada nos estádios, proclamando o amor pelo seu time do coração.

Luís Queiroz, 21, que é membro da Mancha Alvi-Verde há seis anos, conta que considera todos como uma grande família. Ele assegura que há uma conversa com os jovens que querem ingressar na organizada. “A gente passa a filosofia da torcida e avisa das consequências de alguns atos. Cabe a cada um seguir o seu caminho dentro da torcida. Eu não quero que corram pelo caminho errado,

mas é uma opinião pessoal, o que é errado para mim pode não ser para você, entende?”, comenta.

Questionado sobre o Caso Kevin, Queiroz considerou estranho o que foi dito sobre H.A.M., de ele não saber manusear o sinalizador e ter sido apenas um acidente. “Se o menor de idade estava em outro país de caravana com a torcida, ele já tinha uma vivência dentro da organizada e sabia como utilizar um rojão”. E se mostrou a favor da redução da maioria penal: “Falando de dentro da torcida, e até no dia a dia

fora dela, os meninos com 16 anos já têm consciência. Acreditando que o jovem já tem ciência de seus atos e das consequências. Já pode responder por isso”.

Almir Oliveira, 21 anos, torcedor do Santa Cruz, é mais um que entrou jovem em organizadas, na Inferno Coral, com 12 anos. Ele garante que os adolescentes

certo, e o lado dos que dizem que fazem parte, mas só vão para roubar e praticar vandalismo”, afirma.

## TORCIDAS-ESCUDOS

Inseridos dentro da realidade de um grupo, os jovens podem sentir-se mais seguros ao realizar atos. É o que afirma o psicólogo Carlos Gomes. “Quando se está em tribos, existe a sensação de força e poder, o jovem se sente autenticado ou acobertado pela voz e presença do grupo”. Gomes demonstra preocupação na realidade distorcida que esses jovens podem ter ao participar intensamente desse universo de torcidas organizadas, e defende a não redução da maioria penal.

“No cérebro, existe uma área chamada Lóbulo Frontal, que é responsável por tomar decisões, e normalmente só estará plenamente formada após os 19 anos. Portanto, um jovem tomará decisões muito mais por influência do meio do que por maturidade ou sensatez”, reforça Gomes.

*“O que é errado para mim pode não ser para você, entende?”*  
Luis Queiroz  
- Membro da Mancha Verde

são tratados com cuidado e só participam com autorização de um responsável, mas diz que a responsabilidade, acima de tudo, é dos próprios jovens. E comparou a situação com os recentes protestos que ocorreram por todo Brasil. “Na torcida, há os dois lados, o verdadeiro, que sabe fazer o

## A mídia e a polêmica da maioria penal

MARIA VICTÓRIA MORAIS

O tema da redução da maioria penal tem tido muita repercussão na sociedade. Com opiniões divididas, cada qual com seus argumentos e pontos de vistas. Acredita-se que cada pessoa se baseia em fatos e casos que ocorrem, em nosso país e repercutem na mídia. Porém, o debate da maioria penal exige muito mais aprofundamento e discussão do que a grande mídia nos oferece.

Ao contar um caso de violência cometido por um jovem, os meios de comunicação retratam apenas o fato em si, o crime. Não apresentam os fatos sociais envolvidos na vida desse jovem, que, em sua maioria, fazem parte de uma população desprivilegiada, carente de oportuni-

des, de educação e marginalizados pela sociedade.

“Quando observamos os dados de realidade, constatamos que essa população é a maior vitimizada pela violência. Os meios de comunicação têm o papel social de apresentar o contexto mais amplo, onde os fatos sociais ocorrem. Deveriam promover debates sobre os altos custos sociais dessa violência”, explica a jornalista, Ana Veloso, especializada em Direitos Humanos e professora de comunicação,

A jornalista acredita que a mídia ainda precisa avançar quanto à questão de ter espaço para todas as versões em pauta. Para ela, a imprensa reflete a posição de uma parcela da sociedade e reproduz ‘desvalores’ com relação ao tema. “Não

podemos dizer que a imprensa é favorável, mas podemos analisar que o tema está sendo posto de modo assimétrico nos meios de

*“Os meios de comunicação têm o papel de apresentar o contexto mais amplo, onde os fatos sociais ocorrem”*  
Ana Veloso -  
Jornalista

comunicação. E tal assimetria colabora para a formação de uma opinião favorável à redução”, explica a professora.

Essa assimetria aliada à espetacularização da violência e dos fatos sociais, gera

um perigo à comunicação, pois, descontextualiza, a informação esvazia de sentido o caráter do jornalismo. “O direito humano à comunicação estabelece que o jornalista é um agente social e amplia a compreensão do papel social dos profissionais: não apenas lutar para fazer o seu ofício, mas ter capacidade de lutar pelos direitos de todas as pessoas, em toda sua amplitude e universalidade”, defende a comunicadora.

## COMPROMISSO ÉTICO

Com 20 anos de jornalismo impresso, a repórter especial do Jornal do Commercio, Ciara Carvalho é um dos exemplos do exercício de cidadania do jornalista e busca vivenciar isso todos os dias. “Sempre defendi e busquei, em meus

trabalhos ampliar qualquer tipo de discussão. Acredito no jornalismo como instrumento social e exercício da cidadania. Para mim, isso está inerente ao papel do jornalista”, afirma.

Para ela, o cuidado com a linguagem é uma maneira muito simples do profissional fazer a diferença e evitar que o público corra o risco de ser influenciado pelo julgamento das palavras. “Há uma linguagem adequada ao falar de temas como a maioria penal, e o jornalista deve usá-la. Por exemplo, o termo ‘menor’ não deve ser mais usado. Essa atenção voltada não existia, antigamente”, explica Ciara.

A jornalista defende que uma boa reportagem deva trazer oportunidades iguais para as vozes envolvidas.

# Elas têm tratamento diferenciado

LAÍS SIQUEIRA

Em 14 de junho de 1966, Pernambuco ganhou a Fundação do Bem Estar do Menor, a Febem, cujo objetivo era “garantir a cidadania” dos adolescentes do Estado em conflito com a lei, algo que não aconteceu, já que o Brasil vivia uma violenta ditadura militar. Em 1990, a Febem passou a se chamar Fundação da Casa e do Adolescente, Fundac, que foi reestruturada em 2008 e ganhou um novo nome: Fundação de Atendimento Socioeducativo, a Funase. É a Funase o projeto que o Estado tem para oferecer às crianças e adolescentes em conflito com a lei.

Hoje, a instituição possui 16 unidades socioeducativas, situadas no Recife, Abreu e Lima, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Arcoverde e Petrolina. Os locais atendem adolescentes dos 12 aos 18 anos, com a exceção do Cabo de Santo Agostinho, que abriga jovens

do sexo masculino envolvidos ou autores de atos infracionais dos 17 e 6 meses aos 21 anos.

## MINORIA

Elas não são maioria entre os jovens em conflito com a lei. E lidar com elas exige mais paciência, tato e sensibilidade do que com o sexo oposto. Apenas três das 16 unidades localizadas em Pernambuco são destinadas para as meninas: o Centro de Atendimento Socioeducativo Santa Luzia (Case), Centro de Internação Provisória Santa Luzia (Cenip) e a Casa de Semiliberdade Santa Luzia (Casem). Mas se engana quem pensa que o tratamento para ambos os sexos são iguais.

A agente socioeducativa do Cenip, Elizabeth Gentil, comenta que as meninas têm o temperamento mais forte que os garotos. “Elas costumam ser mais difíceis de conviver do que a ala masculina pois, para chegar a cometer um ato infracional, têm que romper com diversos paradigmas que

são muito fortes para a mulher e não são ligados com a feminilidade, como a exposição, a violência verbal e a própria violência física. Além disso, algumas já são mães e, por estarem cumprindo medidas socioeducativas, não podem dar assistência integral à criança. Ou seja, elas sofrem caladas e descontam a frustração em outros agentes socioeducativos. Elas procuram despejar tal sentimento em nós, funcionários, para sentir menos culpa do abandono dos filhos”, afirma.

Para Elizabeth, o tratamento destinado para elas também deve ser diferenciado e um dos desafios dos educadores é incentivá-las a resgatar a esperanças. “No caso dos garotos, a unidade socioeducativa procura quebrar a ideia de que eles são os donos do mundo, pois muitos chegam aos locais achando que são mais fortes e importantes que o próximo. Já as meninas chegam aos centros com o psicológico despedaçado. Aqui, precisamos resgatar

a autoestima delas e fazer com que voltem a ter sonhos, como o de ter uma família bem estruturada e feliz. Para as que já são mães, procuramos incentivá-las a lutar por um futuro melhor e

*“As meninas chegam aos centros com o psicológico despedaçado. Nós precisamos resgatar a autoestima delas”, Elizabeth Gentil - Agente do Cenip*

diferente para as crias, encontrando um trabalho que dê prazer e garanta o sustento”, diz.

A coordenadora administrativa do Case Santa Luzia, Laudenira Gome, afirma que a maioria dos meninos passa pelas unidades de internação

ou semiliberdade por furto, enquanto que as meninas por estarem envolvidas com substâncias psicoativas. “Muitas delas querem ser respeitadas e admiradas pelos garotos. Infelizmente, elas tentam se impor usando a força física, ameaça verbal ou recorrendo ao uso de drogas. Os lugares em que elas costumam se drogar são diversos: na própria casa, no banheiro da escola, na rua, na praça próxima à residência e nas festas”, fala. De acordo com números do Ministério da Saúde, as drogas mais usadas pelas garotas são bebidas alcoólicas (aguardente e cerveja), loló e maconha.

Com isso, pode-se constatar que privar a liberdade do infante-juvenil não é a solução. É preciso que tal medida venha juntamente com um acompanhamento pedagógico e psicológico, visando à reinserção do adolescente ao meio familiar e comunitário, além do incentivar o seu aprimoramento profissional e pessoal.

## As Meninas de Santa Luzia

PRISCILA FERRAZ

“Quinze anos! É a idade das primeiras palpitações, a idade dos sonhos, a idade das ilusões amorosas; é a flor, é a vida, e a esperança, o céu azul”, foi assim que Machado de Assis descreveu a doçura de ter 15 anos. Sentimento este que certamente foi vivenciado pela maioria das mulheres que já passaram por essa fase, mas que dificilmente será vivido pelas meninas de Santa Luzia. Meninas que perderam um dos bens mais valiosos na adolescência: a liberdade.

A Casa de Santa Luzia, localizada no bairro de Areias, no Recife, é a única unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo voltada exclusivamente para o público feminino. Embora abrigue um número menor de adolescentes, e represente apenas 5% do público total da Funase, Santa Luzia já ultrapassa sua capacidade máxima; tendo sido construída para receber 20 jovens e possuindo,



SANTA LUZIA Internas expressam seus sentimentos nas paredes

atualmente, 35.

Convivendo entre paredes sujas e instalações inadequadas, internas de 12 a 18 anos tomam banho de balde e dividem um banheiro coletivo, em um cotidiano caracterizado pelo cerceamento total de suas individualidades. Para as meninas, as medidas de privação de liberdade nesse período da vida tendem a ser segregadoras e provavelmente deixarão marcas na personalidade para sempre. Isto porque a adoles-

cente é um ser gregário, precisa estar em grupos de pares, de pessoas parecidas, na mesma idade ou compartilhando os mesmos gostos. “São nesses grupos que se vive a referida liberdade. Estar presa neste período da vida diminui o leque de referências que as adolescentes podem ter”, explica a mestre em psicologia social, Edna Granja. “Os traços de marginalidade, reforçados pelo estigma social dos grupos de adolescentes que vivem

privados da liberdade podem favorecer uma espécie de aprisionamento e uma suposta condenação da adolescente a viver e se ver como parte desse grupo”, completa.

Provenientes de famílias de baixa renda e com o ensino fundamental dois incompleto, a maioria das adolescentes de Santa Luzia cumpre medida socioeducativa por tráfico de drogas (20%), seguido por homicídio (18,2%) e roubo (18,2%). Lá, apesar da escassez de atividades culturais e pedagógicas, foram determinados alguns cursos exclusivos para as meninas. “São oferecidos cursos profissionalizantes de salão de beleza, cabeleiros, sobrancelhas, corte e costura, além do curso de dança”, conta Gabriela Guerra, assessora da Funase

É evidente que as meninas de Santa Luzia precisam de atividades que as preparem para a vida lá fora e, ao mesmo tempo, permitam que elas não se desconectem do que estão

vivendo dentro da Funase e do porquê de estarem lá. “Grupos terapêuticos que provoquem as jovens a pensar sobre os caminhos que construíram e os que querem construir parecem fundamentais. Assim como aulas de reforços, leitura, oficina sobre cidadania e direitos das crianças e adolescentes”, afirma a psicóloga Edna Granja.

Mas, afinal, o que esperar do futuro? Embora haja uma maior tolerância ao confinamento por parte das meninas – que trazem uma educação, geralmente, já marcada por diversos tipos de privações – pode-se também prever consequências ainda maiores e mais traumáticas, por se tratar de um grupo cujo preconceito ainda é barreira para a ascensão social e a profissional.

Caso seja aprovada a redução da maioridade penal, meninas em conflito com a lei entre 16 e 18 anos, não serão mais encaminhadas para o Case Santa Luzia, e sim para o presídio Bom Pastor.



# Falta estrutura para abrigar internos

CAIO LACERDA

Às 3h do dia 12 de agosto, o adolescente Jobson do Nascimento, 16 anos, dormia na cela 709 da ala nove da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) de Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife (RMR), onde estava internado pela segunda vez, quando quatro companheiros de cela, insatisfeitos por ele supostamente ter delatado alguém do grupo para os policiais, começam a torturá-lo. O corpo já sem vida do menino foi encontrado às 7h da manhã, durante a troca de plantão, com sinais de estrangulamento e um recado para os que pensassem em dar com a língua nos dentes: o termo “X9”, que significa delator, gravado de gilete nas costas da vítima.

Infelizmente, o crime bárbaro de que Jobson foi vítima é apenas um dos vários casos tristes que acontecem em unidades de internamento para adolescentes infratores do Estado de Pernambuco. Apesar de o problema não ser uma exclusividade do Estado, os números chocam. Segundo pesquisas realizadas pelo Centro Dom Hel-



**COTEL** Mesmo depois de reforma, número de detentos é maior que a capacidade

der Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), o número de adolescentes mortos dentro dos presídios pernambucanos, registrado só este ano, chega ao mesmo patamar que o Estado de São Paulo registrou nos últimos cinco anos. De 2007 para cá, foram 10 casos nos presídios paulistas contra 7, só em 2013, nos pernambucanos.

Para a assistente social e professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Valéria Napomuceno, o problema está na falta de estrutura de ressocialização. “O estado pensa

as unidades de internato como presídios, e os presídios são pensados como locais de trancafiar, encarcerar. As unidades de internato hoje não têm proposta pedagógica. O adolescente entra, cumpre a medida e sai muitas vezes pior do que entrou”, afirma.

## MAIORIDADE PENAL

As unidades de internamento de Pernambuco não estão prontas para receber uma demanda ainda maior de detentos. É o que afirma Valéria. Segundo ela, o debate em torno da re-

dução da maioria penal não pode ser colocado à frente do debate sobre a reestruturação do sistema penitenciário. “As questões de estrutura não são tratadas e o debate passa a ser focado na redução, quer dizer, imagina como isso vai piorar” diz.

Para se ter uma ideia, até maio deste ano, os números apontavam uma superlotação de cerca de 240 mil presos no sistema carcerário brasileiro. De acordo com o superintendente de capacitação e ressocialização da Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres), coronel Geovane Melo, se aprovada, a redução da maioria só pioraria esse quadro já sobrecarregado.

“Hoje, os menores respondem por atos infracionais e quase nunca ficam presos, enquanto os mesmos crimes praticados por maiores os levam à prisão. A redução aumentaria a população carcerária num ritmo ainda maior, piorando o déficit habitacional carcerário, que hoje já configura o principal problema do sistema prisional já que o estado não tem capacidade de gerar vagas na mesma velocidade que aprisiona”, conclui o coronel.

## A realidade dos socioeducandos

RENATO PRIORI

O Estado de Pernambuco tem sete Centros de Atendimento Socioeducativos (CASE) funcionando em regime fechado. Além desses, dois estão em fase de construção. Petrolina, Caruaru, Arcoverde, Recife, Jaboatão, Cabo e Abreu e Lima são as cidades onde já funcionam os respectivos CASEs. Vitória e Timbaúba têm suas unidades em fase de construção.

O centro de Abreu e Lima está passando por reforma devido à última rebelião que ocorreu no dia 31 de agosto. As reformas começaram no mês de janeiro e tinham previsão para terminar em agosto. Segundo a diretora da unidade Edna Leite, o centro tem algumas dificuldades internas e, por isso, está com o prazo de entrega bem fora do previsto. “Nós temos algumas dificuldade com a própria dinâmica da casa com relação aos adolescentes. Nossos jovens vêm de diversos bairros e, lá fora, eles brigam entre si. Isso acaba vindo para dentro do presídio. Em dias que o clima está muito carregado, às vezes é necessário até parar as obras”, afirma.

Edna ainda completa afirmando que as reformas trarão muitos benefícios para a unidade. “Teremos uma copa-cozinha, o que vai ajudar a acabar com os problemas referentes à alimentação, pois, às vezes, a comida vem pouca ou vem derramada. Também está sendo construída uma nova ala para que os socioeducandos possam ficar melhor distribuídos e estão sendo instaladas câmeras internas”, conclui.

A unidade de Abreu e Lima tem 306 adolescentes dispostos em 13 alas diferentes. A separação dos socioeducandos é feita de acordo com a convivência deles na rua.

## COTIDIANO DOS AGENTES

O CASE conta com 250 agentes de ressocialização, divididos entre plantonistas e diaristas. Um dos agentes da casa, que trabalha no local há três anos e que pediu para não ter seu nome divulgado, conta como é a relação com os adolescentes: “Nosso papel aqui na Funase é tomar conta dos socioeducandos. Fazer transferências, levar para audiências, além de acompanhar as consultas médicas. Tudo o que o sistema

prisional (de adulto) faz, colocamos em prática aqui. A única diferença é a idade”, explica. No que diz respeito à relação dele com os jovens, o agente garantiu ser tranquila na

*“Eu sempre estudei aqui e sinto que hoje estou com outra mentalidade e com outras metas”*  
Bruno - Interno

medida do possível. “Tem muitos adolescentes aqui que me dou muito bem. Tem aqueles que obedecem com mais facilidade e outros que são mais rebeldes”, diz.

Nas horas de intervalos, os adolescentes jogam bola e trabalham na horta. Está sendo construída uma sala de informática e os jovens também estudam na unidade. Bruno\*, 18 anos, acredita que está realizando um bom trabalho na casa e que vai sair com outra mentalidade: “Eu sempre estudei aqui e sinto que hoje estou com outra mentalidade e com outras metas. Só aqui aprendemos o que é a verdade

mesmo”, afirma.

Diferente de Bruno, Jonas\*, 16 anos, embora afirme que se esforçará para melhorar e retomar os estudos quando deixar a unidade, acredita que não vai sair muito diferente. “Não tive muitas oportunidades, só estudei até a 6ª série do ensino fundamental. Vou tentar, mas não acredito que vou sair melhor daqui. Quem já viu uma cadeia ser bom pra alguém? Só faz piorar”, desabafa.

## RECUPERAÇÃO

As condições precárias nos centros de ressocialização dos jovens infratores são motivos de descrença por parte de muita gente que não tem esperança na recuperação desses adolescentes. Uma exceção é a assistente social do CASE de Abreu e Lima Anny Salles. “No dia em que eu achar que eles não vão sair daqui melhores, eu desisto de fazer meu trabalho. A gente sempre acredita que pode gerar uma transformação de alguém, mesmo que seja só em um. Não sou leiga para a char que é possível gerar mudanças na vida de todos eles, mas acredito que é possível mudar a vida de alguns”, afirma.

# Famílias sofrem com traumas

PALLOMA VIANA

“Meu filho teve uma educação de ouro. Mas, talvez por minha culpa ou por influência de amizades, entrou em um caminho sem volta. Foi um erro, mas, por trás disso tudo, existe uma família de verdade”. Esse é o relato da professora Cristina Maria de Oliveira, 45 anos, mãe de Júnior\*, 22 anos, apreendido aos 15 por roubo. O jovem infrator cumpriu a medida socioeducativa por dois anos e agora está livre, sob os cuidados da mãe, para tentar recuperar o tempo perdido e não repetir o ato.

O drama familiar vivido por Maria Cristina é mais comum dentro da sociedade do que se pode imaginar. Considerada um das estruturas mais importantes para a constituição do ser humano, a família não deve ser a única responsável pelos atos vivenciados por esses infratores. Na verdade, elas acabam sendo as

principais vítimas do ato infracional, pois sofrem ao ver seus entes queridos em situações deploráveis e por não encontrar soluções suficientes para livrá-los desta vida.

O psicólogo Djailton Pereira explica que um dos fatores de risco para a criminalidade desde a infância é a falta do desenvolvimento socioeconômico. “A sociedade tende a responsabilizar a família pelos erros dos adolescentes. Realizar um ato infracional não vai depender da mãe e nem do pai. O acompanhamento familiar por um psicanalista serve para minimizar os traumas e preconceitos vividos por essas pessoas”, conta o especialista. A prática criminosa também é uma forma de o adolescente ser notado no seu meio familiar. “Esse desejo é confessado por muitas crianças e adolescentes que passam por essa experiência”, complementa.

Do outro lado está a família Silva e a história se repete.



Foto: Palloma Viana

**MÃE** Cristina vê a redução da idade penal como um retrocesso

O seu caçula Rafael\*, 16 anos, abandonou o colégio ainda no ensino fundamental e entrou no mundo das drogas por influência dos amigos. “Um adolescente normal e que tinha o sonho de mudar a minha vida. Censurava o comportamento do irmão mais velho, preso também por tráfico. Mas ele teve o mesmo destino do seu irmão”, conta a dona de casa Ana Cláudia da Silva, 38 anos, que há dois anos sofre com o comportamento de Rafael, que cumpriu seis meses de medida socioe-

ducativa, porém ainda não largou as drogas.

## INFRAÇÕES

As infrações cometidas por Júnior e Rafael representam os principais motivos das internações registradas atualmente em Pernambuco. De acordo com dados da Funase (maio de 2013), cerca de 35% dos adolescentes apreendidos cometeram delitos relacionados a assalto, já o tráfico de drogas ocupa o segundo lugar, com 24%. Homicídio, latrocínio, ameaça, furto e por-

te ilegal de arma somam 31% dos casos. Além disso, 5% do efetivo são meninas e a idade varia de 15 a 18 anos.

“Vivemos num país que só se preocupa com quem tem dinheiro. Ninguém é por nós e a Justiça para a gente sempre é falha. Essa ideia de transformar as casas em prisões, crianças em adultos e oportunidade em punição, gera um grande retrocesso para um país”, enfatiza Maria Cristina.

Educação falha, saúde precária e moradia indigna. Esses são alguns dos problemas vividos no cotidiano de grande parte das famílias e dos jovens infratores. “Os jovens crescem nesse meio e acabam se acomodando com a realidade. Poucos buscam outros caminhos. A maioridade penal não vai ajudar ninguém e nem vai mudar o retrato de violência da sociedade, pelo contrário, só tende a crescer”, comenta Djailton.

\*Nome fictício

## Os problemas por trás da idade penal

CLARISSA MACAU

“Um menino de 13 anos roubando. Você acha que se ele tivesse uma boa escola para ir e não estivesse passando necessidade, ele faria isso?”. A vendedora Roseli dos Santos, moradora do bairro de Santo Amaro, levanta uma questão repetida Brasil a fora, referindo-se ao próprio filho mais novo. Ele e o irmão primogênito, ambos menores de idade, estão presos na Unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) do Cabo de Santo Agostinho, por furto e tráfico de drogas. “O de 17 anos está na segunda reabilitação. Uma pena de dois anos. Virou evangélico, está tentando mudar de vida, mas é muito difícil com comida estragada, mastratos dos servidores e nada para fazer”, diz.

Vendo-se impossibilitada de sustentar a família

sozinha, ela acredita que quem entra no sistema sai pior. “Isso me faz ser contra a ideia de diminuir a idade de 18 para 16, para as prisões. É formação de bandido e não de cidadão”, afirma.

A violência é seguida pelo desconforto da superlotação.

A capacidade total das 21 unidades socioeducativas pernambucanas é de 953 internos, em contraste com 1.626 adolescentes espalhados pelo sistema. Para a gerente do sistema socio-educativo do Núcleo de Liberdade Assistida da Secretaria da Infância e Juventude do Governo, Suely Cisneiros, “A decisão dos juízes sobre a punição do jovem acaba sendo pessoal. Muitos deles acham que o encarceramento dará uma lição. Isso acaba lotando o sistema, inchando desnecessariamente.”

Segundo Suely, 90% dessas famílias são geridas por uma mulher, como Roseli dos Santos, com pai ausente. “O ato infracional é marcado pela falta de políti-

*“A decisão dos juízes, das varas da infância e juventude, sobre a punição do jovem acaba sendo pessoal”*  
Suely Cisneiros  
- Gerente da Secretaria da Infância e da Juventude

ca pública. A repressão não deterá a violência. Tirar o jovem do convívio natural e isolá-lo é uma quebra de elo afetivo com sua família

e de seu desenvolvimento pessoal. A construção da personalidade representa acompanhar o jovem. É preciso prepará-los para o trabalho formal ou informal”, afirma a gerente.

Segundo o presidente da Funase, Eutácio Borges, quem passa pelo regime fechado é prejudicado. “Ao contrário do que se pensa, nós temos sim atividades educativas com internos. Meninos apresentam uma ótima recuperação de conduta. O que nos impede divulgar nos jornais é a recepção das pessoas, é a falta de perdão social. Aí omitimos”. Mas, como explicar então a situação à qual chegou a Funase? “Diante da nossa avaliação, isso se dá por erros de conduta de alguns empregados. Nós estamos passando por momento de transição na construção do Cenip. Saindo de uma existência

de grade e de chave e ampliando a educação”.

Os internos sentem a rejeição na pele. Sílvio Guilherme, 42 anos, está na prisão há 23 por tráfico de drogas. Hoje possui liberdade assistida, saindo todos os dias às 7h de casa, do presídio Aníbal Bruno, tendo como destino o trabalho de ferreiro no centro. Volta sozinho às 17h. “Se a gente disser o que é (prisioneiro), as pessoas fazem cara feia. Nós precisamos de respeito. Mas é difícil. Por isso tanta gente desiste e volta ao mundo do crime”.

Perguntado sobre o que acha da redução da idade penal, Sílvio é enfático: “lugar de jovem é na escola, não na prisão, o lugar mais pesado que já tive a chance de viver. É difícil aprender alguma coisa boa, além de cair nas tentações de roubar ou matar para continuar vivendo.”

# Desatenção do Estado é discutida

MARCONE MARQUES

Uma influência de amigos ou o apego ao crime? Será que a ausência dos pais contribui para a entrada de uma criança ou adolescente no mundo dos jovens infratores? Quantos e quais são os fatores que prejudicam ou auxiliam no processo de um não contato de um jovem com o crime? Será mesmo que reduzir a maioridade penal, vai resolver o problema?

Para uns é absolutamente correto prendê-los, porque, segundo eles, se uma pessoa comete um crime tem que ser punida, independente de quem seja. Já para outros, é um absurdo tratar crianças e adolescentes como se fossem criminosos.

Entre a população, o tema gera várias discussões e divide opiniões. Pessoas das mais diversas áreas já opinaram sobre o assunto com fortes argumentações, mas longe de chegar a um deno-

minador comum, até porque é muito difícil entrar em um senso comum quando se trata das relações humanas. Para os profissionais que atuam em áreas onde é atuado diretamente o assunto,

*“O crime organizado se aproveita desses jovens, para cometer mais e mais crimes, já que, na teoria, não existe punição para eles”*

*Alice Tomaz - Advogada*

não se poupam argumentos para defender a redução ou não da maioridade penal.

De acordo com a advogada Alice Tomaz, existem muitos pontos de vista em relação à redução da maio-

ridade penal. Mas, por não existir uma punição para as crianças e adolescentes, pelo o Estado, Alice conta que “o crime organizado se aproveita desses jovens para cometer mais e mais crimes, já que, na teoria, não existe punição para eles”.

Segundo a advogada, a redução iria bloquear e diminuir os atos criminosos que os adolescentes cometem. “Jovens de 14, 15 e 16 anos e, às vezes, até menos, estão cometendo inúmeros assassinatos, crimes, entre outras coisas. Pensando por esse lado, seria muito bom que existisse, sim, a redução da maioridade penal”, comenta Alice.

Ainda é lembrada pela advogada a fala do ministro da justiça José Eduardo Cardoso: “Mesmo que existisse a possibilidade de redução da maioridade penal, o Estado estaria prestando um grande serviço ao crime organizado. Para sobreviver

Foto: Divulgação



**PUNIÇÃO** Para Alice, falta mais rigor para jovens infratores

no cárcere as verdadeiras escolas de criminalidade, é preciso entrar no crime organizado”, conclui.

Já para a assistente social, pesquisadora e professora da Universidade Federal de Pernambuco, Valéria Napomuceno, o Estado tem que importar-se mais com os jovens e pôr à risca o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “O estatuto não pensa nas unidades de internamento como presídios, nem os próprios presídios

são pensados como locais de trancafiar, encarcerar”, comenta. Para a professora, os jovens não são vistos como uma parte considerada produtiva da sociedade. “Para a população, eles são vistos como um segmento descartável, que não tem uma utilidade, não traz nenhum bem para o Brasil, fazendo com que ninguém se mobilize por eles. Nós, que defendemos os direitos humanos, ficamos muito mal vistos”, conclui.

## Criminalidade até dentro dos “presídios”

NATÉRCIA DANTAS

São crescentes os casos de infrações cometidas por menores de idade no Brasil. Pernambuco não foge à regra, ganhando destaque nas estatísticas negativas sobre o assunto. Até o ano passado, o Estado liderava o ranking de mortes de menores infratores, dentro das unidades de medidas socioeducativas. Além disso, as instituições estão superlotadas. No Nordeste, Pernambuco ocupa a terceira posição, apresentando 181% de superlotação. Segundo relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), “não se pode esperar ressocialização de adolescentes amontados em alojamentos superlotados, e ociosos durante o dia, sem oportunidade para o estudo, o trabalho

e a prática de atividades esportivas.”

O descaso vai além da superlotação. Em Pernambuco, uma onda de rebeliões tem-se alastrado pelas unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase). Para citar apenas um dos exemplos, pode-se falar da morte brutal do adolescente Jobson Germano do Nascimento, 16 anos, em agosto deste ano. O rapaz era reeducando da Funase de Abreu e Lima. O corpo foi encontrado com sinais de estrangulamento. As costas da vítima estavam marcadas, com gilete, pelo termo “X9”. Foi a forma nada sutil encontrada pelos companheiros de Jobson para acusá-lo de delação. É difícil reeducar e ressocializar uma juventude infratora num ambiente sem estrutura e que exala

hostilidade. A criminalidade continua, para dentro dos muros da Funase.

### QUE PENSAM OS JOVENS

Diante dos fatos, a descrença no sistema atual também se alarga. A lei, hoje em vigor, deveria proporcionar a reeducação dos jovens infratores, recuperando-os

*“Jovens menores de 18 anos são, sim, capazes de assumir os seus erros”*  
*Wesley Marley - Estudante*

do mundo do crime. Para muitos, seria a solução ideal. Mas, diante desta descrença, não é a real. O atual sistema termina perdendo apoio. Dentro

da parcela da população que se posiciona a favor da redução da maioridade penal para 16 anos, um público específico se destaca: os jovens, principais interessados na possível mudança.

Na comunidade de Socorro, em Jaboatão dos Guararapes, adolescentes são a favor da redução. “Jovens menores de 18 anos são, sim, capazes de assumir seus erros. Eles sabem muito bem o que fazem”, afirma o Wesley Marley, 17anos. O pensamento do rapaz comunga com o que grande parcela da sociedade afirma sobre a redução da maioridade penal.

Taynan Priscila, 18 anos, - estudante da escola Frei Jaboatão, próxima à unidade jaboatonense da Funase - conta que alguns reeducandos são seus colegas classe. Os

jovens usam pulseirinhas que os diferenciam dos demais, além de serem acompanhados por agentes da unidade socioeducativa. “É uma situação meio constrangedora”, diz.

A jovem acredita ser válida a proposta de trabalho na Funase. “Eu acho bem interessante o modo como eles tratam os jovens. Eles continuam estudando e lá têm acesso à cultura, tem maracatu e capoeira”, conta Taynan. No entanto, admite pensar que falta firmeza no sistema. “Se houver um tratamento mais firme, talvez a criminalidade diminua. Porque existe a questão de que os jovens se aproveitam dessa coisa de que menor de idade não pode ser preso, para pintar e bordar por aí e fazer o que quer”, conclui.

# Ex-vítimas se tornam reféns do medo

ARLINE LINS

Avenida Conde da Boa Vista, centro do Recife, 22 de janeiro de 2010. A analista de Recursos Humanos, Danielly Castro, 25 anos, caminhava para a parada de ônibus, depois de um dia cheio de trabalho. “Eu passava perto da Fafire quando percebi que ele estava me olhando”, diz ela, lembrando dos momentos que anteciparam o terror. Ao ser abordada por um jovem com um canivete, Danielly olhou para os lados e, de repente, a rua pareceu deserta. “Dei tudo o que tinha, não pude fazer nada. Meu desejo é que ele pagasse pelo que fez. Poderia ter tirado minha vida”, conta.

Como a analista, muitos brasileiros são vítimas de menores infratores e, por esse motivo, colocam-se a favor da redução da maioridade penal. A população vive amedrontada por uma realidade social cada vez mais perigosa. Os adolescentes podem aparecer com as mãos livres ou segurando uma faca, um canivete, um revólver. De acordo com a psicóloga Thamiris Freire, o povo recifense se tornou tão paranoico, que não é preciso ver uma arma para ceder ao criminoso. “Não vemos apenas com os olhos, mas com o cérebro. É um fenômeno psicológi-

co bem comum: Cegueira à Mudança”, explica a médica.

Foi o que aconteceu com a publicitária Karla Gomes (foto), 21 anos, no ano passado. Ela ainda fazia o curso de graduação numa faculdade em Olinda, no Grande Recife. Largou às 11h e foi para o carro, que estava estacionado do lado de fora da instituição. No caminho, foi abordada por um garoto afirmando estar armado. “Ele estava com a mão embaixo da blusa e realmente parecia um revólver”, lembra a jovem, que teve o veículo levado. Horas depois do assalto, a polícia encontrou o automóvel e o menino de 17 anos, no bairro de Águas Compridas, também em Olinda. Ele foi encaminhado à Fundação de Atendimento Sócioeducativo (Funase).

Em alguns casos, o ato infracional vai além de roubos e assaltos. A bióloga Karina França, 31 anos, viu o irmão morrer nas mãos de um desses jovens, em novembro de 2012. Os motivos foram o smartphone e a carteira, que Leonardo, 33, se recusou a entregar. Kaká e Léo, como chamavam um ao outro, saíram do Shopping Recife, em Boa Viagem, na Zona Sul do Recife, e decidiram andar até a Avenida Domingos Ferreira para



Foto: Arline Lins

**INDIGNAÇÃO** “Não me conformo. Ele vai passar apenas alguns meses detido”

pegar o ônibus. Segundo a bióloga, o assaltante era apenas um “pivete”, aparentando ter 16 anos, mas segurava uma pistola. “Meu irmão deve ter pensado que a arma era de mentira ou que podia brigar com ele por ser apenas um menino”, lembra ela. Leonardo se recusou a dar os pertences e foi baleado no peito. Ele chegou a ser socorrido, mas não resistiu.

Para quem passou por minutos de horror com esses adolescentes, querer que eles sejam presos é a menor das vontades. Ter segurança ao sair na rua é o desejo de uma sociedade que padece de medo e pânico ao caminhar por vias públicas. A Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS) divulgou que agosto foi o mês menos violento dos últimos dez anos. O índice de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), numa taxa por 100 mil habitantes, caiu mais de 30% no Estado e quase 60% no Recife. Leonardo França não engordou a estatística.

Já na cidade de São Paulo, os atos infracionais praticados por adolescentes aumentaram cerca de 80% em 12 anos. Para algumas pessoas, o fato justifica um endurecimento nas penas desse grupo social. A impunibilidade dá aos jovens a segurança de cometer os atos infracionais. O assassino de Leonardo não está preso e nem vai a julgamento. Ele foi pego por uma patrulha da polícia e encaminhado à Funase. “Ele olhou para mim e disse: eu te vejo quando sair”, lembra Karina, que agora se enquadra na estatística dos recifenses apavorados. Sobre esta, a SDS não tem resultados positivos.

## Punição mais severa para o jovem infrator

MYRELA MOURA

MARIA EDUARDA COSENTINO

“Não se justifica que o menor de 18 anos e maior de 12 anos possa cometer os delitos mais hediondos e graves, nada lhe acontecendo senão a simples sujeição às normas da legislação especial. Vale dizer: punição zero”. É com afirmativa que o jurista Leon Frejda questiona a eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que defende medidas socioeducativas para os adolescentes infratores.

O pensamento de Frejda converge com a Proposta de emenda à Constituição (PEC 33/2012), em tramitação no Congresso Nacional, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, prevendo punição para os adolescentes que praticarem crimes hediondos. A matéria considera que a criminalidade, violenta e cruel, cometida por esses jovens, não pode ficar sem uma resposta. A ideia da PEC é intimidar a criminalidade na adolescência.

Pelas ruas do Recife, é raro encontrar alguém que não tenha sido vítima de algum delito provocado por um jovem. Num levantamento nacional, realizada pelo grupo Paraná Pesquisa, nas cinco regiões do país, foi constatado que 90% do público ouvido apoiam a responsabilização criminal de adolescentes. Apenas 8,9% dos entrevistados disseram ser contra. A pes-

*“Políticas de reeducação devem caminhar junto com a punição severa”*  
Bruno Guedes -  
Assessor judiciário

quisa mostra ainda que 55% dos consultados avaliaram a proposta como válida para todos os tipos de crimes.

Para o assessor técnico judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Bruno Guedes, ao diminuir a maior idade penal para 16 anos, estari-

amos afirmando que o sistema prisional funciona e recupera. “A necessidade não é apenas de uma emenda que reduza a maioridade penal. Precisa-se de uma reforma no sistema prisional, para que o mesmo funcione, eduque e recupere nossos jovens. Políticas de reeducação devem caminhar junto com a punição severa, evitando esse ciclo vicioso de impunidade e coitadismo”, afirma Guedes.

O ECA afirma que um jovem de 16 anos não tem desenvolvimento mental completo, e, por isso, não pode responder penalmente pelos seus atos. Mas, o Código Civil do país permitiu, no seu artigo 5º, parágrafo único, inciso I, a emancipação aos 16 anos de idade. A partir dessa emancipação - que pode ocorrer por intermédio de escritura pública, outorgada pelos genitores -, o jovem pode constituir família, abrir uma empresa e gerenciá-la, respondendo sem interferência de terceiros. Os favoráveis à redução afirmam que, se o jovem é apto para tudo isso, ele também teria condições para

responder penalmente quando cometer um crime.

### FACULDADE DO CRIME

Responsável por acolher os adolescentes em conflito com a lei, a Funase se apresenta contra a redução da maioridade penal, por acreditar que o problema é social. “A dificuldade é muito maior que permitir que um menino de 16 anos seja capaz de responder pelos seus atos. O problema está no sistema social do país todo”, diz um funcionário da Funase, que não quis ser identificado, para completar: “O adequado seria separar os adolescentes por idade e tipificação criminal. Quando misturados, acontecem brigas tão violentas, que chegam até a assassinatos.”

O vereador do Recife, Wanderson Florencio (PSDB), é a favorável à redução, mas ressalta a omissão do Estado, que não oferece opção para esses infratores. “Não há um planejamento. O governo não oferece educação, nem cultura nem esporte para eles.”

# Aprovação da PEC não mudará realidade

NAHYARA BATISTA

Quando Felipe\* completou 15 anos, a família soube que ele era usuário e traficante de drogas. Poucos meses depois, espalhou-se pela rua a notícia de sua prisão. Aos 24, ele já era conhecido em programas policiais e temido por outros criminosos. Fugiu várias vezes da prisão e, na última fuga, foi morto por uma gangue rival. Felipe\* é apenas um dos muitos jovens que não se ressocializaram após passarem por alguma unidade socioeducativa. “Disseram-me que iam ajudar, mas parece que ele saiu de lá pior do que entrou”, desabafa a mãe do jovem.

Discutir a redução da maioria penal coloca a sociedade diante de um dilema: como punir os adolescentes que cometem crimes graves? O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma que, em tese, adolescentes com menos de 18 anos não têm noção completa das con-

sequências dos seus atos. Por isso, eles são sujeitos a medidas socioeducativas, sendo internados com atividades esportivas, escolares e artísticas, com a intenção de voltarem à vida social recuperados.

No entanto, segundo o professor de direito penal e advogado criminalista, Yuri Herculano, que coordenou, no Recife, as medidas socioeducativas em regime semi-aberto, não há prioridade na execução do diploma legal brasileiro. “Caso fossem devidamente executadas, com investimento em pessoal e infraestrutura, teríamos bons índices de não reincidência, mas como não é prioridade, o programa é fadado ao insucesso”, diz. Herculano dá como exemplo a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), onde as unidades de internação são “verdadeiros minipresídios”.

Os problemas no modo de interação de instituições como a Funase implicam na

desestruturação psicológica do jovem infrator, uma vez que a punição dada a eles nesses locais não os apresentam perspectiva na melhoria da

*“Em nada mudará a realidade da violência urbana, porque é totalmente falsa a ideia de que os adolescentes são os responsáveis pelo aumento da violência”*

**Valéria Nepomuceno**  
- Assistente social

conduta. Para a professora do departamento de serviço social da UFPE, Valéria Nepo-

muceno, os adolescentes não são tratados como humanos em tais unidades de internamento, pois há uma falta na implementação do ECA. Segundo Valéria, “esses jovens não são tratados como sujeitos de direitos em unidades superlotadas. Dessa maneira, tira-se a oportunidade de milhares de adolescentes a reescreverem suas histórias de vida”.

Referindo-se a todos os delitos cometidos por adultos e adolescentes, uma pesquisa realizada, no início deste ano, pela Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça, constata que crimes cometidos por jovens entre 16 e 18 anos alcançam 0,9%. Diante disso, o governo Dilma se opôs publicamente à redução da maioria penal. Apesar de compreender a legitimidade de projetos preocupados em reduzir os índices da violência, o Executivo não encontra razões que justifiquem a redução da maioria.

Para Valéria, o ECA é uma lei federal que deve ser cumprida por todas as esferas do governo e, se a PEC que propõe a redução da maioria penal for aprovada, o Brasil estará explicitando para o mundo a sua incompetência para implementar as medidas socioeducativas previstas pelo estatuto. Ela afirma que, “em nada mudará a realidade da violência urbana, porque é totalmente falsa a ideia de que os adolescentes são os responsáveis pelo aumento dessa violência”.

A ausência do cumprimento da lei do ECA interfere na formação dos jovens nas unidades de internação. Para a psicóloga Fernanda Araújo, “o parâmetro dos adolescentes marginalizados não surge por acaso. Eles são vítimas da carência social, do descaso no exercício do direito à educação e à saúde de qualidade”. Mesmo aprovada a PEC, o assunto parece não ter uma certeza. \*Nome fictício

## Estatuto: mais desafios que conquistas

ADEMIR SANTOS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), completou 23 anos em julho. Fruto da mobilização popular, que resultou em emenda à Constituição, o ECA regulamenta os direitos e prevê que o Estado, família e sociedade devem garantir a liberdade, dignidade, convivência social, acesso à saúde, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, à proteção do trabalho e a qualquer forma de exploração, discriminação, violência e opressão.

O estatuto é considerado ferramenta essencial para a formulação de políticas públicas e para a consolidação de orçamentos públicos. No entanto, há muito que se avançar para sua consolidação definitiva, a precariedade das delegacias especializa-

das, dos conselhos tutelares e da rede de proteção é uma realidade.

Para o titular da Comissão de Educação da Câmara Federal, deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) as políticas governamentais não têm sido satisfatórias. “Exatamente pela falta de sintonia entre as políticas definidas no estatuto. Falta pessoal qualificado, estruturas, equipamentos e recursos que não são devidamente aplicados”, explica.

Já para o presidente da Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esporte da Câmara do Recife, vereador André Régis (PSDB), os problemas só serão resolvidos a partir da educação. “Um sistema educacional bem estruturado dispensa a necessidade de um estatuto desse gênero. Essa lei é o reco-

nhecimento de problemas estruturais”, afirma.

### EM PAUTA

Tema do momento, a redução da maioria penal vem à tona sempre que algum jovem comete atos de violência.

Uma pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) divulgada em junho, mostra que 92,7% dos entrevistados são a favor da redução da maioria penal de 18 anos, para 16.

O deputado federal Paulo Rubem, ressalta que a redução da maioria penal é uma bandeira equivocada. “Essas mesmas pessoas, porém, calam-se quando crianças e jovens são assassinados em larga escala, fruto da desigualdade social, do abandono da escola e da omissão do estado”, desabafa.



ECA Uma das leis mais avançadas do mundo para o segmento